



**Embrapa Suínos e Aves**

## **Nota Técnica**

# **IMPACTO DA COVID-19 SOBRE AS CADEIAS PRODUTIVAS DE FRANGOS DE CORTE, OVOS E SUÍNOS**

Marcelo Miele

Franco Müller Martins

Dirceu João Duarte Talamini

Janice Reis Ciacci Zanella

Jonas Irineu dos Santos Filho

Ari Jarbas Sandi

Esta Nota Técnica apresenta um resumo de consultas feitas por entrevistas, a partir de um roteiro semiestruturado, com atores-chave das cadeias produtivas de frangos de corte, ovos e suínos, período de 20 a 30 de abril de 2020, bem como na literatura, sobre os impactos da crise da COVID-19. O conteúdo desta Nota Técnica é de carácter qualitativo e prospectivo, e visa subsidiar a gestão estratégica da Embrapa e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

### **Frangos de corte**

1. A cadeia produtiva do frango de corte, dentre as cadeias da proteína animal do Brasil, é uma das mais importantes do ponto de vista social e econômico. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial e ocupa o primeiro lugar nas exportações desta proteína. Após atingir a produção de 13 milhões de toneladas e superar 3 milhões de toneladas na exportação em 2015, o setor tem encontrado dificuldade para continuar crescendo. Neste ano de 2020 a situação estava sendo favorável até o surgimento da COVID-19. As

estimativas do USDA feitas entre outubro de 2019 e abril de 2020 refletem os impactos esperados da COVID-19, com uma redução de 100 mil toneladas na produção brasileira e um aumento de 200 mil toneladas nas exportações. Isto demonstra a inclusão dos efeitos negativos da pandemia na produção e no mercado interno brasileiro. No entanto, há efeitos positivos com relação ao acesso aos mercados externos resultando no crescimento da exportação. Segundo lideranças do setor a demanda interna teve o impacto negativo da pandemia, com o fechamento de escolas, bares, restaurantes e das atividades de turismo em geral. Outra questão a ser dimensionada é o efeito do desemprego que está ocorrendo como consequência do isolamento social, da deterioração do poder de compra das pessoas. Neste contexto, uma questão a ser observada é se apoios financeiros como o “coronavoucher” irão recompor a renda e manter o consumo dos alimentos e das carnes.

2. A elevação do desemprego e pela queda do PIB do país devem impactar negativamente o consumo per capita da carne de frango. Assim, existe uma preocupação na cadeia produtiva em não aumentar a oferta desta carne devido à dificuldade que o Brasil está enfrentando para aumentar a sua participação nas exportações mundiais. As lideranças da cadeia preveem dificuldades para o ano de 2020, entretanto ainda não dimensionaram o grau dos ajustes a serem tomados para superar a crise com as menores perdas possíveis.
3. A variação dos preços do frango congelado no Estado de São Paulo dá uma indicação da situação do mercado desse produto. Observa-se que após um período de preços crescentes iniciados em novembro de 2019 e que se manteve até janeiro de 2020 os preços iniciaram uma queda sem indicação de reversão, conforme indicam outras análises da conjuntura. Os preços para as exportações brasileiras estão atrativos e remuneradores em parte devido à grande valorização do dólar em relação ao real. O país, contudo, está encontrando grande dificuldade de expandir os volumes exportados. A evolução e duração da crise do COVID-19 e suas consequências na economia inspiram muita preocupação no setor.
4. O custo de produção tem sofrido pressões altistas tanto para o frango vivo como para a indústria. No primeiro caso a pressão vem do mercado internacional, com o real desvalorizado, estimulando a exportação e a elevação dos preços internos do milho e da soja assim como o preço dos insumos importados (Ex: vitaminas, medicamentos). Existe uma possibilidade de redução dos preços do milho a depender do preço internacional do petróleo e das intervenções governamentais a serem implementadas visando a proteção da indústria do etanol, em especial do Brasil e dos Estados Unidos. No caso das agroindústrias (frigoríficos), a limitação do número de trabalhadores e as medidas de prevenção da doença diminuem a produtividade do trabalho e aumentam os custos operacionais.

## **Ovos**

1. A demanda interna aumentou no início da pandemia e também pela Páscoa, período que é normal a elevação de preços, sobretudo porque o ovo é uma proteína mais acessível. Após a Pascoa a demanda apresentou ligeira queda e sua estabilização dependerá em grande parte das ações do governo para manutenção da renda e do consumo e das incertezas sobre a retomada da atividade econômica (2021 a 2022). As exportações de ovos são irrelevantes.
2. Os ajustes na produção devem ocorrer em função da evolução da demanda interna.
3. Ocorreu um aumento nos preços dos ovos até a Páscoa seguido de queda desde então, apesar de ainda estarem acima dos custos de produção. A tendência dos custos é baixar pois o pico já ocorreu no primeiro trimestre e o preço do milho está sendo afetado pela queda do preço do petróleo e do etanol. Os preços dos demais itens do custo de produção devem se manter estáveis (vitaminas, minerais e medicamentos).

## **Suínos**

1. O “lock down” causou queda significativa na demanda do mercado interno que absorve mais de 80% da produção brasileira. Esta redução ocorreu, principalmente, devido ao fechamento das linhas de “food service”, que incluem restaurantes, cozinhas industriais, bares e hotéis, dentre outros. Estes segmentos demandam, predominantemente, produtos processados (ex: presunto, embutidos, defumados,) ou seja, de maior valor agregado. Muitos estabelecimentos comerciais deste perfil adquirem carne suína de pequenos abatedouros com inspeção municipal ou estadual que compram animais dos produtores que não têm vínculo contratual com as agroindústrias integradoras. Estas agroindústrias normalmente adquirem animais no mercado independente para cobrir eventuais flutuações na demanda (algo entre 10 a 15% dos seus abates). No entanto, estas aquisições não estão acontecendo neste momento, indicando também queda na demanda. Com esta situação, a demanda interna ficou mais concentrada nos grandes supermercados. Como os efeitos da crise são ainda recentes, uma avaliação mais precisa dos impactos na demanda interna poderá ser realizada a partir do processamento de novos pedidos de clientes. Importante também lembrar que a carne suína é uma substituta da carne bovina, que atualmente experimenta boa situação nas exportações e preços elevados no mercado brasileiro. A flexibilização das medidas de isolamento em alguns estados, com retomada gradual das atividades e a implementação do auxílio emergencial aos cidadãos que tiveram a renda comprometida apontam para reversão do declínio do mercado interno da carne suína. No entanto, existe perspectiva de agravamento da situação de desemprego

até meados do segundo semestre. A demanda deve iniciar sua retomada a partir de setembro e se consolidar em 2021.

2. As exportações de carne suína estão em alta. Em relação ao primeiro trimestre de 2019, os volumes embarcados estão 34% maiores. Alguns países asiáticos perceberam os efeitos da pandemia já em dezembro e janeiro e anteciparam compras de carne suína brasileira. A China absorve mais de 30% das exportações brasileiras se mantém como forte compradora devido à grande demanda interna e ainda aos efeitos da Peste Suína Africana, que afetou sobremaneira (os números indicam queda de 30 a 40%) a produção do país entre 2018 e 2019. O país deverá levar de 2 a 4 anos para normalizar sua produção. No entanto, esta recuperação passará pela eliminação da produção que era desenvolvida em pequenas criações, de forma não tecnificada, e que será substituída por granjas devidamente alinhadas ao sistema industrial, produzindo com eficiência e qualidade, garantindo a biossegurança. Além disso, a China também está investindo muito fortemente na produção de aves. Isso poderá também afetar o consumo interno de carne suína gerando excedentes. Assim, no longo prazo, a recuperação da produção chinesa poderá impactar na redução de volumes e preços das importações de carne suína brasileira. Outro aspecto relevante no mercado externo, que poderia ser positivo para o Brasil, é o fato de que EUA, importante concorrente nas exportações, enfrentarão problemas de oferta em função da paralisação dos abates. No entanto, o Brasil está operando no limite de sua capacidade para atender o mercado externo. As plantas habilitadas a exportar operam sem ociosidade. Atender a novos mercados demandaria longos processos de negociação e habilitação de plantas.
3. Não há expectativas de impactos relevantes no elo da produção, pelo menos no que se refere ao planejamento das agroindústrias líderes que coordenam a produção através de contratos com os suinocultores. Neste segmento poderá haver, no máximo, redução no ritmo de alguns investimentos planejados antes da crise e recuos discretos no alojamento de matrizes. Na produção independente a preocupação é maior. Devido ao represamento da demanda, os produtores têm enfrentado redução de preços no suíno vivo e, aqueles menos organizados, deverão enfrentar muitas dificuldades para se manterem na atividade. Há situações em que pequenos e médios produtores estão organizando fusões para poder enfrentar a crise. Caso venha a ocorrer uma gradual recuperação de preços do suíno, produtores independentes mais organizados terão maior capacidade de enfrentar os impactos da pandemia
4. O cenário atual aponta para redução nos custos de produção. As exportações de soja estão em alta e o preço de farelo preocupa. No entanto, com a derrubada na cotação internacional do petróleo o milho perdeu competitividade na produção de etanol, e com a

consequente queda na demanda, houve redução significativa no preço da saca. Alguns produtores haviam antecipado compras de milho a preços mais altos e ainda absorvem estes custos. Contudo, se as condições do clima se mantiverem favoráveis, a safrinha do milho ajudará manter os preços. No entanto, na região Sul as perdas com a seca implicarão necessidade de importar milho da região Centro Oeste, e os custos de frete geram preocupação (caso, devido à crise, as empresas de transporte tenham dificuldades em obter fretes de retorno). A alta na cotação do dólar também poderá limitar a queda nos custos de produção.

5. Os impactos nos preços foram significativos na produção independente e para produtores com contratos de compra e venda para produção de leitões. O suíno chegou a ter 35% de queda na sua cotação. Essa redução chama atenção num momento em que as exportações estão em alta. O represamento dos comércios locais, abastecidos por pequenos e médios abatedouros é determinante nesta redução. Além disso, as grandes agroindústrias exportadoras, que produzem através do sistema de integração normalmente recorrem à produção independente para cobrir eventuais flutuações na demanda. No entanto, em decorrência da crise, não estão fazendo estas aquisições. No entanto, a expectativa é de que os preços do suíno vivo não devam cair mais. Como o poder de compra foi bastante prejudicado, a recuperação deverá ser lenta, acompanhando a flexibilização das medidas de isolamento social e o retorno gradual da atividade econômica. Assim como em outras crises, foi apontada a necessidade de financiamento da retenção de matrizes, capital de giro e alongamento de dívidas

### **Aspectos gerais a aves e suínos**

1. O acesso a fontes de financiamento com juros baixos e em valores adequados para capital de giro é apontado como uma necessidade destas cadeias produtivas. Isto decorre principalmente de atrasos no cumprimento dos prazos de pagamento e da crescente inadimplência dos elos que atendem os consumidores. As agroindústrias líderes enfrentam represamento da demanda no mercado interno (custos de estoque) e custos de adaptação às medidas preventivas necessárias a manutenção das atividades (ver a seguir), além disso são observados problemas pontuais de inadimplência de pequenos frigoríficos com produtores independentes (não integrados ou ligados a cooperativas). Há dificuldades em acessar capital de giro, sobretudo no âmbito das medidas emergenciais de crédito anunciadas pelo governo federal (para pequenas e médias empresas) que não contemplam o perfil das agroindústrias e cooperativas do setor. Produtores com maior capacitação em gestão não tem enfrentado maiores problemas com inadimplência ou falta de crédito. Aqueles em dificuldades, não vêm disponibilidade das instituições financeiras

- no sentido de renegociar financiamentos em modernização ou obter capital de giro.
2. Em geral não foram apontados riscos de ruptura na cadeia de suprimento e distribuição. Apesar das dificuldades iniciais decorrentes da proibição de funcionamento serviços de apoio, o setor de transporte continuou trabalhando e não prejudicou a operação do setor. Não se vislumbra a possibilidade de problemas no setor de transportes. A inclusão dessa atividade como serviço essencial contribuiu para a normalidade dessas operações.
  3. Entretanto, em que pesem os esforços em adotar medidas de monitoramento e segurança nas operações de abate e processamento, a eventual contaminação de funcionários pode implicar o fechamento de plantas, fato que já ocorreu em ao menos um frigorífico na região Sul. Além disso, as medidas adotadas seguindo as orientações das autoridades de saúde geraram custos (aumento do absenteísmo, afastamento remunerado de pessoas de grupos de risco e contratação e capacitação de novos funcionários, monitoria individual das condições de saúde dos trabalhadores e suas famílias, aumento do espaço entre as pessoas e redução da velocidade nas linhas de abate, disponibilização de transporte com menor lotação)

### **Considerações finais**

1. Os agentes econômicos estão assumindo que, no curto prazo, até o final de 2020, os efeitos da pandemia não vão ser superados com o fim do isolamento social e a liberação de atividades, sendo que continuarão por vários meses no futuro.
2. Não é possível prever com clareza quais segmentos produtivos serão mais afetados, como o nível de empregos vai ser recuperado, quais as mudanças que ocorrerão na demanda interna e externa e nos preços dos produtos entre outras variáveis. No médio prazo, a partir de 2021, espera-se que sejam contornados os efeitos diretos da COVID-19 e que o país oriente sua agenda para questões estruturais e macroeconômicas.
3. Para o cenário de longo prazo, constata-se a predominância de otimismo para a evolução das cadeias produtivas de proteína animal. No entanto, esta perspectiva é acompanhada de cautela quanto ao planejamento da produção frente às condições de mercado.
4. No longo prazo também deve-se verificar mudanças nos padrões de consumo, mais orientada para bens essenciais. Poderá haver uma maior valorização do produtor rural e da produção agrícola. Cuidados na comercialização dos produtos com ambiente adequado deverão ser intensificados. O que já se preconiza (ex: boas práticas de produção e biossegurança) nas cadeias produtivas de suínos e aves, por exemplo, poderá ser incorporado em outras atividades produtivas onde ainda há dificuldades de aplicação de práticas que já são conhecidas. A pandemia da COVID-19 pode ser um marco em termos

de mudança de comportamento, hábitos de higiene, comunicação e socialização. A adaptação ao isolamento social demonstrou que as relações de trabalho, a organização das empresas e instituições poderão sofrer mudanças com a intensificação do uso de tecnologias de informação que facilitam atividades como o home office e realização de vídeo conferências. As autoridades deverão ser mais cobradas quanto a provisão de saneamento básico nas cidades



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Miele, Chefe-Adjunto**, em 06/05/2020, às 14:05, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janice Reis Ciacci Zanella, Chefe-Geral**, em 07/05/2020, às 09:01, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Irineu dos Santos Filho, Pesquisador**, em 07/05/2020, às 09:30, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Franco Muller Martins, Pesquisador**, em 07/05/2020, às 09:40, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dirceu João Duarte Talamini, Pesquisador**, em 07/05/2020, às 09:41, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ari Jarbas Sandi, Analista**, em 07/05/2020, às 10:50, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4199875** e o código CRC **C5B7C976**.